



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

14 de agosto de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | | |
|----------------|----------------|------|---|----------|
| VEÍCULO | | | | |
| JORNAL PEQUENO | | | | |
| EDITORIA | | | | |
| Estado | | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 6 | Gerada |
| | | | | Positiva |

Carolina

MPMA aciona município e Saae por falta de fornecimento de água potável

O Ministério Público do Maranhão acionou judicialmente o município de Carolina e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) por conta da má qualidade da água fornecida no bairro Brejinho. A Ação Civil Pública foi proposta no último dia 6 pela Promotoria de Justiça de Carolina, cujo titular é o promotor de justiça Marco Túlio Rodrigues Lopes.

Na ACP, o membro do Ministério Público pede liminarmente que o município adote medidas para garantir o abastecimento regular e contínuo de água potável no bairro, sob pena de multa diária de R\$10 mil.

A água é proveniente de um poço artesiano aberto pelo município há quase um ano. Os moradores do local fizeram um abaixo-assinado

e remeteram ao Ministério Público reivindicando providências. No documento, há relatos de problemas de saúde apresentados em virtude do uso da água, como coceira, queda de cabelo, dor de barriga, diarreia etc. Segundo análise feita pela

Universidade Estadual do Maranhão em Imperatriz, a água advinda do poço apresenta teores de ferro solúvel e coliformes fecais em desacordo com os padrões do Ministério da Saúde. De cor esbranquiçada, a água também tem mau-cheiro e a fonte fica próxima a um cemitério que está interditado, sendo possível a contaminação do poço pela decomposição dos cadáveres no cemitério.

Os moradores informaram ao MPMA que algumas famílias buscam água para consumo de

outras formas, evitando utilizar a do poço, como a compra de água mineral ou abastecimento em residências no centro da cidade ou postos de gasolina.

RECOMENDAÇÃO

Diante dos fatos, a Promotoria de Justiça de Carolina enviou ofício ao Município recomendando a suspensão do abastecimento de água daquela comunidade pelo poço em questão e a tomada de providências para o abastecimento de água potável.

O Município, em resposta à provocação do Ministério Público, afirmou que a água é potável, que houve erro no procedimento de coleta de água para testes e que não seguiria a recomendação ministerial. Para o promotor de justiça Marco

Túlio Lopes, a falta de potabilidade da água do poço necessita da pronta intervenção do Ministério Público, e a atitude do município demonstra omissão administrativa na resolução do problema, tendo em vista os fatos e a responsabilidade do ente perante a Constituição Federal e o Ministério da Saúde.

“Deve-se exigir também do Município de Carolina o controle da qualidade da água, contribuindo, de forma inequívoca, para o regular fornecimento de água dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde, devendo ser igualmente responsabilizado na adoção de medidas para regularizar a situação e na reparação de eventuais danos sofridos pela população”, afirma o representante do Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | | | |
|-----------------------|----------------|------|---|--------|----------|
| VEÍCULO | | | | | |
| JORNAL PEQUENO | | | | | |
| EDITORIA | | | | | |
| Atos, Fatos e Baratos | | | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 2 | Gerada | Positiva |

Desce

O município de Carolina/MA e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) foram acionados pela Justiça por conta da má qualidade da água fornecida. Segundo análise feita pela Universidade Estadual do Maranhão em Imperatriz, a água fornecida apresenta teores de ferro solúvel e coliformes fecais em desacordo com os padrões do Ministério da Saúde. Fato que vem ocasionando coceira, queda de cabelo, dor de barriga e diarreia nos moradores.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | | | |
|-----------------------|----------------|------|---|------------|----------|
| VEÍCULO | | | | | |
| JORNAL PEQUENO | | | | | |
| EDITORIA | | | | | |
| Política Informe JP | | | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 3 | Espontânea | Positiva |

Disputa na Justiça

O Tribunal de Justiça do Estado decidiu, na semana passada, manter afastados os sete vereadores de Vitória do Mearim acusados de extorsão. Oziel Gomes, George Maciel, Hélio Rodrigues, Marcelo da Colônia, Bena Rodrigues, Nego Mauro e José Mourão seguirão fora do mandato, por decisão unânime da Segunda Turma Criminal, de acordo com parecer da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

Investigação no Gaeco

Os sete vereadores foram presos no mês de junho, durante operação do Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), e da Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Secco).

Um dos principais acusados no esquema, o vereador Bena, ingressou na Justiça pedindo que seja imediatamente reinvestido no mandato.

Pedido de propina

O advogado Carlos Ribeiro, que trabalha para Nato, candidato a prefeito derrotado em 2016, impetrou no TJMA um recurso em favor do vereador Bena,

afastado do mandato por decisão judicial por ter pedido R\$ 100 mil para se manifestar contra uma CPI instalada na Câmara contra a prefeita de Vitória do Mearim, Dídima Coelho.

O marido da prefeita, Almir Coelho, gravou as conversas com os vereadores corruptos e fez denúncia ao Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | | | |
|-------------------------|----------------|------|---|--|--|
| VEÍCULO | | | | | |
| O ESTADO DO MARANHÃO | | | | | |
| EDITORIA | | | | | |
| Política Estado Maior | | | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 3 | | |

ESTADO MAIOR

Promessas não cumpridas

A confusão causada pela desapropriação de áreas na Zona Rural de São Luís leva para vários questionamentos que, durante todo o dia de ontem, não chegaram a ser respondidos.

O imbróglio judicial envolvia moradores da comunidade Cajueiro e uma empresa privada. A disputa pela área já dura anos. Em tese, o poder público pouco tem a fazer a respeito.

Mas por que o governo estadual acabou sendo envolvido em toda a

questão? Talvez o uso político do caso antes de 2015 seja a resposta.

Em busca de apoios e votos, promessas foram feitas e compromissos foram assumidos e que agora não podem - dentro

da legalidade - serem cumpridos por quem agora não é mais oposição e sim situação.

As famílias agora cobram de quem prometeu. Vão em busca de uma solução de quem assumiu o compromisso de que os moradores nunca perderiam seu lar.

Resultado de tudo isto? Um jogo triste de tentativas de justificar o que não pode ser justificado. E, infelizmente, mais uma vez o uso político de mais um capítulo deste problema social que já se arrasta há anos.

O uso político de situações como a de Cajueiro leva a problemas bem maiores



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA

14 / 08 / 2019

PÁG.

6

Após derrubada de imóveis, moradores do Cajueiro devem receber casas novas

Conforme membros do Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís, comunidade receberá aluguel social e, em breve, terá imóveis no Cajueiro

Após repercussão negativa, nas redes sociais, da ação truculenta realizada na noite de segunda-feira, 12, pela polícia, a moradores do Cajueiro que protestavam, em frente ao Palácio dos Leões, contra o mandado de reintegração de posse de terreno na comunidade, representantes do Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís (que explorará comercialmente a área) informaram que os moradores do bairro da zona rural serão contemplados, nos próximos meses, com novas casas (de até 45 m²).

De acordo com a direção do TUP, os imóveis estão sendo construídos lá mesmo na localidade Cajueiro e, até o momento, sem prazo certo para entrega. Antes, os moradores receberão aluguel social no valor de até R\$ 600,00 e uma cesta básica por mês.

A O Estado, os responsáveis pelo empreendimento – que engloba a construção de berços de estocagem e escoamento de grãos, fertilizantes e outros insumos – afirmaram ainda que apenas uma família do Cajueiro não entrou em acordo sobre as compensações pela retirada do terreno.

De acordo com o diretor comercial do TUP Porto São Luís, Antonino Gomes, mesmo considerados pela justiça como ilegais, os ocupantes foram beneficiados e estão cientes das vantagens. “Nosso objetivo é, além de



Na última segunda-feira, moradores despejados do Cajueiro fizeram mobilização em frente ao Palácio dos Leões

desenvolver a economia da região, pensar no benefício da comunidade. Nunca houve iniciativa da empresa de entrar em conflito com moradores, pelo contrário”, disse.

Segundo o dirigente, as negociações com os moradores são conduzidas há vários meses, com membros da Associação dos Moradores do Cajueiro e com entidades, como a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e órgãos estaduais. “As famílias ocupantes receberam todas as informações

sobre a decisão judicial e os resultados das negociações e, a partir daí, foi feito um relatório com o levantamento de dados de cada moradia”, garantiu Antonino Gomes.

O responsável pelo setor jurídico do TUP Porto São Luís, Ulisses Benachio, disse que não havia necessidade de manifestações pelos moradores. “Nossa conduta sempre foi do diálogo e não do protesto. Nós reconhecemos o direito de liberdade de expressão, mas tivemos a disposição para conversar e chegar a um consenso, como foi feito com a maioria das famílias”, afirmou.

Entidade diverge de TUP

Em nota, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) questionou os argumentos usados para a legalização, de acordo com a entidade, da posse do terreno. Segundo a SMDH, “é espantoso como um empreendimento privado, com tantos questionamentos, alcança os pré-requisitos formais de instalação ambiental impondo-se sobre um território tradicional, que, além de um assentamento estadual, está circunscrito em uma área de eventual criação de reserva extrativista da Ilha de São Luís”.

TRECHO DE NOTA - TUP PORTO SÃO LUÍS

Por determinação judicial, expedida a 8 de julho deste ano, o Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís cumpre a liminar de reintegração de posse dos terrenos ocupados de forma ilegal na área do empreendimento em construção, no bairro Cajueiro, em São Luís. Diante deste fato, o Porto São Luís preocupado com o bem-estar da população local e moradores da área do empreendimento, considerados pela justiça ocupantes ilegais, buscou a melhor forma de cumprimento da liminar, a fim de realizá-la de forma pacífica e humanizada.

Desta forma as negociações para o cumprimento, de forma pacífica da liminar, foram conduzidas pela Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), formada pela sociedade civil - União por Moradia, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH, Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão - Fetaema, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado das Cidades Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, Instituto de Terras do Maranhão e Comando Geral da Polícia Militar.

Em acordo, ficou definido como critério para serem considerados beneficiários aqueles que residem no local e que se encontram em estado de vulnerabilidade social, atualmente, foram identificadas 11 famílias em tal situação. Conforme informações da COECV, as famílias ocupantes receberam todas as informações sobre a decisão judicial e os resultados das negociações e, que a partir daí, foi feito um relatório com o levantamento de dados de cada moradia.

Após conclusão dos dados, o Porto São Luís formalizou a proposta para cumprimento da liminar de forma pacífica da reintegração de posse com a oferta de: aluguel social no valor de até R\$ 600,00 por mês, pago diretamente ao locador ou ao ocupante contemplado; uma cesta básica por mês; ambos pelo prazo de um ano. Os ocupantes que optarem pela ajuda de custo terão garantida, caso haja interesse, e de acordo com a capacitação educacional e profissional, a uma vaga de emprego nas obras de construção do Terminal Portuário. Caso mais de uma pessoa dentro do mesmo núcleo familiar demonstre interesse em trabalhar, o TUP realizará o cadastramento de um segundo trabalhador potencial, para concorrer a uma vaga de emprego.

Ainda segundo a entidade, a situação do Cajueiro revela a complexidade da disputa entre o capital e o direito à vida, fazendo neste caso “sucumbir a dignidade da pessoa humana”. A SMDH lembrou ainda que na segunda-feira, 12, foi celebrado o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária.

Reforço

A Polícia Militar reforçou a segurança, na tarde de ontem, 13, na entrada do Palácio dos Leões. Nas redes sociais, o governador do Maranhão, Flávio Dino, afirmou que a polícia não poderia recusar o cumprimento da ordem judicial. O gestor não justificou o uso de força na ação de retirada dos manifestantes da porta do Palácio.

Sobre a comunidade

Historicamente, o Cajueiro é considerado cemenário e, durante este tempo, foi ocupado por representa-

tes que priorizaram a cultura de subsistência. Além de pescadores e extrativistas, produtores rurais também tiveram os imóveis retirados da região para a construção do empreendimento do Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís.

Sobre a obra

O TUP Porto São Luís está localizado em uma área de 200 hectares para movimentação e armazenagem de cargas destinadas ou provenientes do transporte aquaviário. O projeto compreenderá, a partir de 2021, seis berços, ponte e acesso rodoferrviário.

O lançamento da pedra fundamental da obra ocorreu no dia em 16 de março de 2018 e, atualmente, os serviços estão em fase de terraplanagem e supressão vegetal. Cerca de 3.000 empregos devem ser gerados até a conclusão da obra e o investimento inicial é da ordem de R\$ 1 bilhão (oriundos de capital nacional e estrangeiro). ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | | |
|-------------|----------------|------|---|--|
| VEÍCULO | | | | |
| O IMPARCIAL | | | | |
| EDITORIA | | | | |
| Vida | | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 6 | |

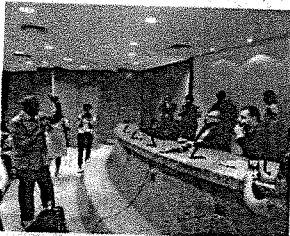
REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Moradores do Cajueiro invadem palácio

Governo do Maranhão faz coletiva de imprensa para explicar situação na comunidade do Cajueiro, mas é surpreendido por invasão de famílias que estavam no local.

SAMARTONY MARTINS

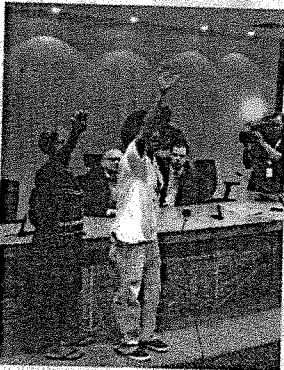
Moradores da comunidade Cajueiro, na zona rural de São Luís, realizaram um novo protesto na manhã de ontem, terça-feira (13), durante a entrevista coletiva promovida pelo governo do estado.



Bradando palavras de ordem, eles invadiram o auditório do Palácio Henrique de La Roque, no Calhau, acabando com a coletiva de imprensa, que contou a presença dos secretários Francisco Gonçalves, titular da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) e do advogado Rodrigo Lago, titular da Secretaria de Comunicação e Articulação Política (Secap), que se reuniram com diversos meios de comunicação para dar esclarecimentos sobre a ação da polícia militar durante a manifestação ocorrida na noite anterior em frente ao palácio dos Leões motivada pelas derrubadas de casas onde será construído um porto privado na

área.

Sem pedir licença, os manifestantes exigiram que os secretários pudessem ouvir os relatos dos moradores da comunidade do Cajueiro, que sofreram violência física durante os protestos onde foram usados gás de pimenta nos olhos e balas de borrachas, que foram utilizadas para tentar dispersar os manifestantes que montaram acampamento em frente à sede do governo do estado.



A primeira falar foi a moradora Maria das Graças, 76 anos, que revelou que foram derrubadas diversas casas sem que eles fossem comunicados da ordem judicial, ou seja, pegando todo mundo de surpresa. "Eu ouvia falar, mas não acreditava que isso fosse um dia acontecer. Eu votei duas vezes no Flávio Dino, então tinha ele até como

amigo. Não é porque ele errou que ele não possa reconhecer o erro que ele cometeu. Agora não sei se ainda voto, porque o que ele fez conosco não tem explicação. Ontem eu estava na frente do Palácio, mas antes eu já saí de casa prevenida com uma garrafa de vinagre e uma toalha para evitar o spray de pimenta no meu rosto. Minha filha diz: mamãe corre-corre...".



É assim que os moradores da comunidade do Cajueiro, na zona rural de São Luís, foram tratados na manhã da última segunda-feira (12). Os fatos, registrados em vídeo, aconteceram durante o processo de remoção autorizada por uma decisão judicial, que beneficia a empresa portuária Tup Porto São Luís S.A. No local, vivem mais de 500 famílias entre eles idosos e crianças, que vivem da pesca artesanal, da agricultura familiar e do extrativismo, que vem seu modo de vida tradicional ameaçado pela construção de um empreendimento bilionário.

Governo se pronuncia através de nota

VEJA NA ÍNTEGRA:

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), informa que vem atuando sistematicamente na mediação de conflitos fundiários no Maranhão. Essa atividade é desenvolvida pela Comissão de Prevenção de Violência no Campo e na Cidade (Coecv), criada pela Lei 10.246, de 29 de maio de 2015, composta por órgãos do poder público e da sociedade civil.

A Sedihpop esclarece que a Coecv atua na mediação de conflitos de posse de terras judicializados, envolvendo ocupações coletivas e consolidadas, com objetivo de reduzir a violência decorrente desses casos e garantir acesso a direitos. Presidida pela Secretaria, a Comissão passou a atuar no caso da comunidade Cajueiro a partir de 2015, conforme suas atribuições legais e, desde então, realizou visitas à comunidade; Reuniões com advogados da comunidade acerca das situações jurídicas que envolvem o litígio, com representantes da empresa Porto São Luís, Defensoria Pública do Estado (DPE) e Ministério Público (MPMA); Um relatório socioeconômico da área denominada Parnaauçu, onde a empresa privada pretende instalar empreendimento portuário, feito em parceria com a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid) e. Após a chegada da decisão judicial, novas reuniões de mediação.

Na última mediação realizada, com a participação de representantes da DPE, MPMA, advogada da União de Moradores e a empresa, esta concordou com o reassentamento para as famílias que de fato residem no local (11 famílias), além do pagamento mensal de aluguel social, cestas básicas, proposta de capacitação e emprego de um membro de cada família. A comunidade demonstrou interesse em continuar tal mediação, mas pediu tempo para amadurecer a proposta, o que foi negado pela empresa, alegando ser a proposta final, em razão de ordem técnica para início das obras.

Após esgotadas as tentativas de mediação por negativa da parte requerente (Porto São Luís), encerraram-se as possibilidades de atuação da Comissão e o caso foi encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) para cumprimento da decisão judicial com orientações para que se observasse o Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva, nos termos do Decreto nº 31.048/2015.

A operação de reintegração foi acompanhada, então, pela Sedihpop, por meio da ouvidoria de Direitos Humanos e o secretário Francisco Gonçalves oficiou ontem (12), a Secretaria de Segurança Pública para apuração das denúncias de violência policial ocorridas durante o despejo.

Nesta terça-feira (13), o Governo do Estado iniciou uma coletiva de imprensa com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a reintegração de posse em Cajueiro. Porém, esta foi interrompida por manifestantes e foi encerrada diante da impossibilidade de cumprir esse objetivo.

O Governo do Maranhão continuará atuando para garantir o acompanhamento do caso, junto à Defensoria e ao Ministério Público do Estado, além de prestar assistência às famílias em condição de vulnerabilidade atingidas pela reintegração de posse.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | | |
|----------------------|----------------|------|---|--|
| VEÍCULO | | | | |
| O ESTADO DO MARANHÃO | | | | |
| EDITORIA | | | | |
| Cidades | | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 5 | |

Táxis-lotação tentam se adequar à nova realidade do Centro de SL

Após as obras de requalificação do Complexo Deodoro, os carrinhos, como são popularmente conhecidos, já mudaram várias vezes seus pontos de embarque e desembarque; ultimamente, estão baseados no Apicum

Após a finalização das obras de requalificação do Complexo Deodoro, localizada no centro de São Luís, os táxis-lotação, também conhecidos como carrinhos, tentam se adequar à nova realidade dessa localidade. Uma delas é a definição dos pontos para servir de embarque e desembarque de passageiros. No momento, existem mais de 600 condutores que desenvolvem esse tipo de trabalho no transporte alternativo, de forma diária, somente nessa região da capital.

O vice-presidente da Cooperativa de Táxi e Transporte da Área Itaquí-Bacanga (Coopettaib), Reginaldo Lima, informou que, com o início das obras de requalificação da Deodoro, em dezembro de 2017, a rotina das pessoas que trabalhavam na área teve de ser modificada. Os pontos-base dos carrinhos mudaram várias vezes, para que não atrapalhassem o trânsito na área e, ao mesmo tempo, não perdessem sua clientela.

Ele ressaltou que, primeiramente, o ponto-base dos carrinhos ficava situado nas proximidades da Biblioteca Pública Benedito Leite. Em seguida, foi transferido para a Rua do Outeiro, próximo ao antigo Colégio Marista, e ainda chegaram a se mudar para as proximidades do Parque do Bom Menino. No momento, o ponto de apoio está sendo na Rua Frei Querubim, no bairro Apicum, tendo como local de embarque e desembarque em frente ao antigo supermercado do Hiper Bom Preço e próximo ao banco Itaú da Rua da Paz, no Centro.



De Jesus

COOPERADOS atuam padronizados e permanecem em pontos-base até serem solicitados para embarque

Sob controle

Reginaldo Lima informou que os carrinhos ficam estacionados no ponto de apoio, no Apicum. Segundo a solicitação, se deslocam para o local de embarque e desembarque. "O veículo somente deixa o ponto de apoio após a solicitação feita pelo nosso cooperado, via rádio", explicou o vice-presidente da Coopettaib.

Ele também declarou que, em frente ao prédio do antigo Hiper Bom Preço existem quatro baias e duas nas proximidades do Itaú, nas quais os carrinhos ficam parados em um intervalo de cinco

minutos. Lá, é realizado o embarque e desembarque. Também há a presença, na maioria das vezes, de agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), controlando o trânsito nessa via.

Ainda segundo Reginaldo Lima, no momento, há mais de 500 cooperados, que atuam padronizados, com uniformes, mas existem os "corredores aleatórios". Estes condutores não estão cadastrados e não possuem pontos de base na área central da cidade.

Um dos cooperados, Fábio Vilas Boas, disse que, no momento,

ainda há a luta pela legalização da categoria e está no aguardo da Prefeitura. "Toda a documentação já foi entregue para a Prefeitura e falam que está sendo analisada. Essa luta é antiga, pois queremos circular de forma legal na cidade", afirmou o cooperado.

Clientela

O outro cooperado, Ocy Ferreira, frisou que essa é uma forma de levar o sustento para casa e a população procura muito pelo serviço. "Estou aqui lutando para levar a comida para a minha família e desejo que esse trabalho ve-

nha logo a ser legalizado", disse.

A estudante Darlene Gomes, de 20 anos, moradora do Anjo da Guarda, paga R\$ 2,50 para ir ao seu bairro em um carrinho, enquanto no coletivo pagaria um valor maior para fazer o deslocamento do Centro para a sua residência. A funcionária pública Denize Martins, de 45 anos, disse que também utiliza diariamente o carrinho por ser um meio de transporte mais rápido. "Moro no Alto da Esperança, e o coletivo da área demora muito a passar. Então, prefiro o carrinho para fazer a minha locomoção", explicou.

FIQUE SABENDO

A prática do táxi-lotação é considerada ilegal pela Lei nº 3.375, de dezembro de 1998, Código Tributário do Município. Teoricamente, quem for pego realizando o serviço está sujeito à multa de R\$ 2.042,00, além de estar passível de pena de detenção. Por isso, as cooperativas não podem explorar o serviço de transporte alternativo na capital, pois não há legislação específica para o setor. A liberação para a prestação do serviço só ocorreria por meio de lei municipal, criada pela Câmara de Vereadores de São Luís. Em São Luís, o serviço público de transporte coletivo urbano é regulamentado pela Lei nº 3.430/96, que não prevê o transporte alternativo urbano.

Fiscalização

A Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) informou ontem, por meio de nota, que realiza, rotineiramente, fiscalização do transporte irregular de passageiros na capital maranhense, em vários pontos da cidade, incluindo a área citada na reportagem, o que já resultou na atuação e apreensão de vários veículos. A SMTT comunica ainda que as fiscalizações são feitas diariamente em regiões específicas de São Luís. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | |
|----------------------|----------------|------|---|
| VEÍCULO | | | |
| O ESTADO DO MARANHÃO | | | |
| EDITORIA | | | |
| Cidades | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 5 |

Permissionários da rodoviária cobram licitação

Comerciantes também pedem o início das obras de reforma do Terminal Rodoviário; segundo eles, os prejuízos apenas se acumulam, com lojas fechadas

A Associação dos Comerciantes, Prestadores de Serviços e Usuários do Terminal Rodoviário de São Luís (Rodoservice) está cobrando o Governo do Estado para que a licitação da rodoviária seja realizada o mais rápido possível. A entidade diz que a Agência Estadual de Mobilidade e Serviços Públicos (MOB) ficou de marcar a data para o processo licitatório. Mas, até agora, o procedimento não aconteceu. A Rodoservice também pede urgência no início da reforma do local.

A presidente da Rodoservice, Rosenira Rosenira Lopes da Cruz, comunicou que, no último dia 4, a MOB apenas realizou a pontuação das duas empresas que estão concorrendo, que são RMC Comércio e Serviços Ltda e Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda (Sinart), e publicou o ato no Diário Oficial do Estado. "O governo, agora, vai agendar uma data para que a licitação de fato aconteça. O que a associação está percebendo é que a MOB está apenas 'empurrando com a barriga' essa situação", lamentou.

Coleta de assinaturas

Diante da demora, a Rodoservice está fazendo uma abaixo-assinado com o apoio dos passageiros da rodoviária. "Estamos coletando assinaturas de quem entra e sai do Terminal Rodoviário de São Luís. Vamos anexar isso a um documento, que se-



Parte do Terminal Rodoviário de São Luís permanece interdito

rá enviado diretamente ao governador. A nossa cobrança é com relação à licitação e à interdição", anunciou Rosenira Cruz.

Ela disse que a Rodoservice já agendou uma manifestação na entrada do Terminal Rodoviário na próxima sexta-feira (16). O protesto será realizado por duas horas, das 6h às 8h, como forma de pressionar o Governo do Estado nas reivindicações dos comerciantes. "Nós já comunicamos, por meio de ofício, a MOB, o Comando Geral da Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, sobre o nosso ato, para tudo seja feito dentro dos padrões exigidos e para que não ocorram problemas", informou Cruz.

Problema da licitação

Rosenira Lopes da Cruz lembrou que a RMC Comércio e Serviços Ltda está administrando a rodoviária de São Luís há 13 anos. Ao assumir essa gestão, a determinação era de que ficaria somente seis meses, para que a licitação fosse realizada. Contudo, isso nunca aconteceu. Nesse intervalo, salientou a presidente da Rodoservice, que é proprietária de um restaurante no local, ninguém reclamou e a estrutura do Terminal Rodoviário apenas se deteriorou, sem que nenhuma melhoria ocorresse.

Comentou que, ao contrário, houve uma série de problemas, da rede elétrica ao sistema hidráulico. "Nós, inclusive, fizemos reparos na

licitação elétrica por conta própria, pois a empresa que administra simplesmente se esquivou de suas responsabilidades", declarou a presidente da Associação.

Em abril de 2017, quando ela assumiu a Rodoservice, as reivindicações com relação ao processo licitatório tiveram início. "Então, avaliamos a gravidade da situação em todos os sentidos. Verificamos que a RMS estava gerenciando a rodoviária de forma indevida", expressou a comerciante.

Nota da MOB

A Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB) informou, em nota, que na sessão realizada na última quarta-feira, 7, em cumprimento à ordem judicial que determinou a habilitação da Sinart, foi apresentada a nota de avaliação da proposta técnica da empresa.

Em consequência e obedecendo aos termos da Lei de Licitação, foi aberto o prazo de cinco dias úteis para a interposição de recursos contra a nota atribuída, sendo que após esse prazo, inicia-se automaticamente um novo prazo de, também, cinco dias para que a SINART apresente as contrarrazões.

A MOB reforça que, após isso, uma nova sessão será realizada para divulgação dos recursos e abertura das propostas de preços ofertados pelos licitantes, momento no qual já poderá ser proferido o resultado final da licitação. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | |
|----------------|----------------|------|----|
| VEÍCULO | | | |
| JORNAL PEQUENO | | | |
| EDITORIA | | | |
| Polícia | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 12 |

Suspeito por estupro é preso pela PM dentro de açude em Rosário

Um homem identificado como Walison Rodrigues dos Santos, de 28 anos, foi preso pela Polícia Militar suspeito de ter estuprado uma adolescente de 17 anos no município de Rosário, na segunda-feira (12).

De acordo com a polícia, uma denúncia anônima informou sobre o crime e onde o suspeito estava escondido. Quando chegou ao local, ele foi encontrado dentro de um açude e ainda estava com as roupas da vítima. A adolescente o reconheceu e mostrou as lesões causadas pela violência.

Revoltados, populares, mesmo com a presença dos policiais, agrediram o suspeito, que acabou ficando com escoriações pelo corpo. Ainda de acordo com a polícia, Walison é ex-presidiário e teria recentemente tentado contra outras vítimas no



Walison Rodrigues estava escondido dentro de caixa d'água, quando foi localizado pelos policiais

povoado São Simão, onde estava morando recentemente. O preso foi apresentado na Delegacia de Rosário, e autuado em flagrante pelo crime de estupro. (AR)

Polícia Militar prende homem por porte ilegal de arma em Imperatriz

Daniel dos Santos Rodrigues, de 40 anos, foi preso em flagrante pela Polícia Militar, na madrugada de ontem (13), na rua A, bairro Sebastião Régis, na cidade de Imperatriz.

Com ele, a polícia encontrou um revólver calibre 32 com numeração raspada, seis munições intactas, um bocal com uma faca, uma lanterna, dois portos cédulas com documentos

pessoais, um rádio comunicador, um celular, uma motocicleta Honda Bros 150 cor amarela, placa NMQ-0471, e R\$ 165,00 em espécie.

No momento da prisão, Daniel conversava com um usuário de drogas conhecido da polícia. O preso foi encaminhado à Delegacia de Imperatriz, onde foi autuado por porte ilegal de arma. (AR)

Homem desaparece de casa no Monte Castelo

Está desaparecido desde a manhã de segunda-feira (12) Ribamar Mendes, de 44 anos. Ele saiu da casa de sua família, no bairro do Monte Castelo, por volta das 8h, e nunca mais foi visto.

Quem tiver alguma informação pode ligar para os (98) 98100-5858 (falar com Jean) e (98) 98713-3684 (falar com Geisa). Ribamar Mendes tem problemas mentais e tem dificuldade para se locomover (anda devagar, meio arrastado) e para falar.



VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA

14 / 08 / 2019

PÁG.

12

FOTOS: REPRODUÇÃO



Rosiete da Conceição e Alex Alexandre foram flagrados com drogas e dinheiro

Casal é flagrado com drogas e grande quantia em dinheiro na Santa Efigênia

Um casal identificado como Rosiete da Conceição Borges, mais conhecida como "Rose", e Alex Alexandre Santos Pereira, foi preso pela Polícia Civil, ontem (13), com drogas e quase R\$ 9.634,00 em dinheiro, no bairro da Santa Efigênia, em São Luís.

A prisão ocorreu após cumprimento de mandado de busca domiciliar na residência de "Rose", que já vinha sendo investigada pela polícia. Dentro da casa, foram encontrados, além da substância entorpecente conhecida como "crack" e o dinheiro, nove aparelhos celulares, balança de precisão, duas máquinas de cartão e uma motocicleta, modelo

Honda NXR, de cor preta, placa PTL 8320.

Os policiais apreenderam, ainda, dois simulacros de arma de fogo, sendo um em formato de pistola e outro em formato de fuzil. Na residência, a polícia encontrou um avançado sistema de câmeras, que monitoravam toda a movimentação nas ruas próximas, inclusive, a chegada de equipes policiais ao local.

O casal foi autuado pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas. Ambos foram encaminhados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas. (AR)

Jovem morre após acidente de moto no bairro da Santa Clara

Uma colisão entre um carro e uma moto, na manhã de ontem (13), no bairro da Santa Clara, em São Luís, resultou na morte de Rafael de Sousa Santos, de 20 anos, morador da Vila Vitória.

De acordo com as informações da polícia, a vítima foi socorrida por uma ambulância do Corpo de Bombeiros em estado gravíssimo, chegou ao Hospital Clementino Moura (Socorrão II), mas morreu logo em seguida.

O motorista que dirigia o veículo

Siena prata, placa OJA-9106, que colidiu na motocicleta, fugiu do local. A filha do condutor, identificada como Alana Cristina e

proprietária do carro, informou que o pai havia fugido porque temia por sua segurança após o acidente. (AR)

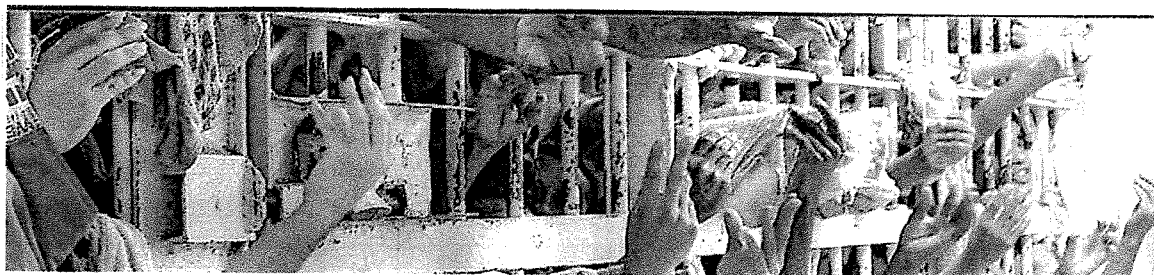




MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | | | |
|----------------------|----------------|------|---|--|--|
| VEÍCULO | | | | | |
| O ESTADO DO MARANHÃO | | | | | |
| EDITORIA | | | | | |
| Capa | | | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 1 | | |



Déficit de 3,3 mil vagas em prisões do Maranhão

Dado do TJ/MA, divulgado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, revela população carcerária de 11.756 presos para um total de 8.531 vagas. POLÍCIA 10



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | |
|----------------------|----------------|------|----|
| VEÍCULO | | | |
| O ESTADO DO MARANHÃO | | | |
| EDITORIA | | | |
| Polícia | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 10 |

Superlotação: MA tem déficit de 3,3 mil vagas no sistema prisional

Dados do TJMA, divulgados pela Sociedade de Direitos Humanos, revelam uma população carcerária de 11.756 detentos, para um total de 8.531 vagas

ISMAELARAÍJO
Da editoria de Polícia

A população carcerária do Maranhão supera em 3.324 detentos a capacidade de vagas oferecidas pelo sistema prisional. O Estado disponibiliza apenas 8.531 vagas e, até o mês de abril deste ano, tinha uma população carcerária de 11.756 presidiários, de acordo com relatório divulgado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), com base em dados da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, do Tribunal de Justiça.

Segundo o levantamento divulgado pela SMDH, a superlotação é mais grave nas unidades prisionais do interior do estado. No momento, há 5.938 custodiados nesses presídios, que oferecem apenas 3.796 vagas, um excedente de 2.142 internos. Na Grande Ilha, os presídios têm capacidade de 4.267 vagas e, no momento, suportam um contingente de 5.419 internos, ou seja, há 1.182 presos a mais do que as unidades comportam.

Os dados da SMDH também revelam que, dos 11.756 presidiários, apenas 54% já foram condenados, enquanto 5.439 são considerados provisórios. O relatório aponta, ainda, que nos últimos quatro anos houve um aumento de 3.783 detentos no sistema. Até o mês de abril deste ano, o sistema prisional mara-



Superlotação é uma realidade em presídios da capital e do interior

nhense abrigava 11.756 presidiários. Em 2015, o contingente era de 7.973 custodiados.

Força-tarefa

Uma força-tarefa criada no mês de abril deste ano por representantes da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) constatou superlotação na Unidade Prisional de Ressocialização de Itapeturu-Mirim. O presídio tem capacidade para atender 149 internos, mas, no momento da checagem feita pelos defensores, abrigava 230 detentos.

A Defensoria Pública informou que a ação tem como um dos objetivos analisar os processos dos internos. A DPE explicou que o problema da superlotação é motivado pela transferência recorrente de custodiados dos municípios de Arari, Vitória do Meirim, Vargem Grande e Cantanhede para o presídio de Itapeturu-Mirim.

Superlotação

Também na segunda quinzena de abril deste ano, o diretor administrativo e de atendimento da unidade prisional de Imperatriz, Elias Oliveira, encaminhou um ofício ao delegado regional da cidade, Ederson Martins, informando sobre a proibição das unidades prisionais do município de receber presos provisórios de outras comarcas. A determinação foi do juiz da Vara de Execuções Penais, Márcio Henrique Mesquita Reis.

A Justiça alegou superlotação nos presídios. A unidade prisional de Imperatriz, antiga CUPJ, tem 265 vagas e no momento abriga em suas celas 358 apenados. Esse contingente corresponde a um excesso de 35% ou 93 presidiários a mais. No presídio regional de Imperatriz, a capacidade é de 204 vagas para uma massa carcerária de 344 internos, o que corresponde a um excedente de 69%. A unidade prisional GJD (Associação

Duas mortes violentas ocorreram na Ilha em 12 horas

Vigilante levou um tiro na cabeça na Praia do Meio; houve ainda um óbito no trânsito da capital

Dois mortes violentas aconteceram em menos de 12 horas na Grande Ilha. Um dos casos foi registrado na madrugada de ontem, na Praia do Meio, em São José de Ribamar, e teve como vítima o vigilante Dimas Pereira Burgos, de 69 anos.

O delegado George Marques, da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), informou que até o momento o crime está sendo investigado como homicídio, mas não descarta a hipótese de latrocínio (roubo seguido de morte).

Ainda segundo o delegado, a vítima trabalhava como vigilante há 10 anos em uma residência, na Praia do Meio, mas não portava arma de fogo. Ontem, ele foi assassinado com um tiro de pistola na cabeça, quando estava sentado em uma cadeira no seu local de serviço.

Moradores da casa escutaram o barulho do disparo durante a madrugada. De acordo com o delegado, testemunhas chegaram a presenciar dois homens pulando o muro da residência onde a vítima trabalhava. As imagens das câmeras de videomonitoramento dos imóveis da área serão periclitadas pelo Instituto de Criminalística (Icrim) para identificar os suspeitos e, logo após, solicitar a ordem de prisão ao Poder Judiciário.



Rafael Sousa Santos morreu em acidente de moto na Santa Clara

Acidente

A polícia registrou, na manhã de ontem, a morte de Rafael Sousa Santos, de 20 anos. De acordo com a polícia, ele estava conduzindo uma motocicleta Suzuki e acabou colidindo frontalmente com um veículo Siena, de placas não identificadas, na Avenida Principal do bairro Santa Clara, vizinha à Cidade Operária.

A vítima sofreu múltiplas fraturas e chegou a ser levada em uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) para o Hospital Socomão II, na Cidade Operária, onde já chegou morto. O caso é investigado pela Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT). ●

NÚMEROS

11.756

detentos no sistema prisional do estado

8.531

vagas disponíveis nas unidades prisionais

de Assistência ao Condenado - Apac), com 117 vagas, acolhe hoje um público de presidiários do sexo masculino e feminino de 174 pessoas, um excedente de 48%.

A então juíza da Vara do Idoso, Oriana Gomes, declarou, em entrevista ao O Estado, que pode haver pessoas presas de forma irregular no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a exemplo do caso do estudante Thiago Arthur Fonseca Ferreira, de 21 anos, ocorrido ano passado.

Thiago passou oito meses em Pedrinhas sem ter nenhuma denúncia ou ordem de prisão em seu desfavor. Em audiência de custódia, o juiz plantonista determinou que ele fosse submetido a tratamento contra dependência química, no Hospital Nino Rodrigues, mas ele foi reencaminhado ao presídio. ●

Integra em oestadom.com/471018

Polícia investiga morte de preso em saída temporária

Vítima respondia por estupro e gozava de benefício fora da cadeia na semana do Dia dos Pais

A equipe da Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoas (DHPP) de Imperatriz não havia identificado até ontem o autor do assassinato do presidiário Lucielésio Couto Gomes, o Pipi, de 26 anos, que fora beneficiado com a última saída temporária do Dia do Pais. O crime aconteceu no último fim de semana, na Vila Lobão, na cidade tocantina. Sessenta e duas pessoas já foram assassinadas este ano a tiros ou por arma branca no município.

A polícia informou que as buscas estão sendo realizadas na cidade, mas, até o momento, não há registro de prisão do suspeito. No dia do crime, ele foi abordado, à noite, em um bar, e levou três tiros na cabeça. O autor dos disparos fugiu em uma motocicleta

Biz, de placa não identificada.

Ainda segundo a polícia, a vítima cumpria pena pelo crime de estupro e tinha deixado o presídio, em Imperatriz, na última quarta-feira, após ter sido beneficiado com a saída temporária do Dia dos Pais. De acordo com as normas do Poder Judiciário, quem recebe esse tipo de benefício não pode frequentar bares e sair de casa durante o período da noite e madrugada.

Retorno

A volta dos 656 apenados do Complexo Penitenciário de Pedrinhas que foram beneficiados com a saída temporária do Dia dos Pais estava marcada para ontem, 13. ●

Integra em oestadom.com/471021

Casal acusado de tráfico preso na Santa Efigênia

Crack, dinheiro, balança de precisão foram apreendidos na residência dos detidos

Rosiete da Conceição Borges, a Rose, e Alex Alexandre Santos Pereira foram presos ontem com droga e a quantia de R\$ 9.634,00 no bairro Santa Efigênia, na área da Cidade Operária. O ca-

sal foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Ao realizarem uma busca na residência do casal, em cumprimento a uma ordem judicial, os policiais en-

contraram o dinheiro, nove aparelhos celulares, balança de precisão, máquinas de cartão de crédito, papéletes de crack, uma motocicleta Honda preta e dois simuladores de arma de fogo. No local, havia um sistema de câmeras que, segundo a polícia, servia para monitorar a movimentação da rua, inclusive a presença das forças de segurança pública. Os acusados foram autuados pelos crimes de tráfico e associação ao tráfico.

Mais prisões

Também ontem, foi preso, no mu-

nicipio de Duque Bacelar, Késsio Muniz de Sousa, de 21 anos. De acordo com a polícia, ele teria cometido uma tentativa de homicídio e tinha três mandados de prisão em seu desfavor pelos crimes de roubo, homicídio e tráfico de drogas.

Em Miranda do Norte, foi preso Isaías Cardoso dos Santos, de 28 anos, acusado de violentar sexualmente uma adolescente de 13 anos. Um inquérito foi instaurado para apurar o caso. ●

Integra em oestadom.com/471020



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

| | | | | |
|----------------|----------------|------|----|--|
| VEÍCULO | | | | |
| JORNAL PEQUENO | | | | |
| EDITORIA | | | | |
| Polícia | | | | |
| DATA | 14 / 08 / 2019 | PÁG. | 12 | |

Preso, em São Luís, líder de grupo suspeito por fraudes em concurso da PM do Piauí

AIDÊ ROCHA
ESPECIAL PARA O JP

Foi preso, ontem (13), na capital maranhense, pela Delegacia de Combate à Corrupção (Deccor) do Piauí, Gitã Duarte Ferro, suspeito de ser líder de um grupo que fraudou o concurso público da Polícia Militar, em 2014, naquele estado. O preso é policial militar no Piauí e estava fazendo o curso de formação de soldados do estado do Maranhão. "A maioria dos PMs atuava no interior do estado, na cidade de Simões e José de Freitas. O detalhe é que um deles estava fazendo o curso de formação de soldados do estado do Maranhão, tanto que foi preso lá. Ele vai ser recambiado para Teresina", explicou o secretário de Segurança do Piauí, Fábio Abreu, durante coletiva de imprensa. A operação denominada "Fraudulenti" prendeu outros sete policiais militares, inclusive a



Entre os presos estão os irmãos Gitã Duarte Ferro e Gezza Duarte Ferro; ele, que foi capturado em São Luís, seria o líder da organização

irmã de Gitã, identificada como Gezza Duarte Ferro. Os demais foram identificados como Antônio Francisco Mendes da Silva, Fernando Coutinho dos Santos,

Danilo Barros e Silva, Jeová Gomes da Silva, Bráulio Siqueira Cândido de Sousa e Francisco de Assis Gonçalves da Silva. A fraude, segundo a polícia,

começou a ser investigada em 2014. Os suspeitos fizeram a mesma pontuação na prova e todos eram próximos, inclusive moravam na mesma região da cidade. De acordo com a polícia, o grupo se articulava através do Whatsapp, aonde, inclusive, chegavam a debochar do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Gresco), do Piauí, que iniciou as investigações sobre a fraude. Também foi preso Antônio Yuri Rodrigues da Cruz Neto que, segundo a polícia, era funcionário da gráfica onde as provas foram impressas. Em depoimento, ele confirmou ser responsável pela distribuição das provas aos militares e disse não ter recebido dinheiro dos mesmos.

Os policiais vão responder pelos crimes de fraude a concurso público e organização criminosa. Eles foram encaminhados para um presídio militar. Legenda:

Trio é capturado após assaltos na região da Cidade Olímpica

A Polícia Civil do Maranhão prendeu, na segunda-feira (12), três suspeitos de envolvimento em diversos assaltos na região da Cidade Olímpica. Rogério da Silva Brandão, conhecido por "Dudu Peste", André Oliveira Romeu, o "Biné Metralha", e Joerbet Garcez Diniz, o "Jô Boladão", foram capturados em cumprimento a mandados de prisões preventivas. Eles foram identificados após investigações e monitoramento da polícia. Segundo colhido pelo Jornal Pequeno, o trio é acusado de roubo majorado, utilização de arma de fogo e concurso de pessoas. A ação



Trio preso pela prática de assalto na região da Cidade Olímpica

criminosa ocorreu em um comércio, no bairro José Reinaldo Tavares, nas proximidades da Cidade Olímpica. Na ocasião, um adolescente teria persuadido um comerciante a abrir o estabelecimento e, em seguida, os três entraram no comércio e roubaram aparelhos celulares, alianças de ouro, diversos produtos e R\$ 450 em espécie. De acordo com as vítimas, o trio foi bastante violento e chegou a dar "coronhadas" em uma delas. Todos portavam armas de fogo. Os presos foram encaminhados ao Presídio de Pedrinhas, onde ficarão à disposição da Justiça. (Aidê Rocha, especial para o JP)